CMS/FB
Conselho Municipal de Saúde de Francisco Beltrão
R. Octaviano Teixeira dos Santos,1000. Centro. Cep:85.601-030 Francisco Beltrão- PR
Fone/Fax: (46) 3520-2130 Email: conselhosaude@franciscobeltrao.com.br

Ata da Reunião Ordinária nº 325

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde de Francisco Beltrão, com início às oito horas e trinta minutos no Auditório do Centro de Saúde da Cango, para Reunião Ordinária, sob a presidência do Conselheiro Alessandro Rodrigues Perondi, presidente do CMS/FB, cumprimentou e agradeceu a presença de todos, deu as boas-vindas, em especial, ao novo Secretário Municipal de Saúde, enfermeiro Manoel Brezolin e o convidou para falar. Secretário Municipal de Saúde falou da honra em estar de volta ao Conselho Municipal de Saúde, falou que o foco principal é dar continuidade ao trabalho que vem sendo feito e está a disposição do Conselho Municipal de Saúde. O presidente do CMS convidou o Conselheiro Padre Ariton Grespan, para conduzir a oração, em seguida deu início aos trabalhos.

I – Expediente Interno:

- **Aprovação da Ata nº324 – Referente a Reunião Ordinária do mês de Agosto/2019 –** O presidente do CMS/FB, Alessandro Rodrigues Perondi, perguntou aos Conselheiros se teriam alguma observação, correção e/ou sugestões em relação a ata número 324 referente a reunião ordinária do mês de agosto/2019: Conselheira Geni Dall'Oglio falou sobre o disposto na linha 78, transcrevo a redação: "sugeriu fazer busca de profissionais que tenham vivencia nessa área para trabalhar"; esclareceu que não seria para trabalhar e sim para contribuir para elaboração da PAS. O presidente do CMS/FB submeteu a votação a Ata nº.324 referente ao mês de agosto/2019, que foi aprovada, com a alteração descritas, com 16 (dezesseis) votos favoráveis.
- **Documentos Recebidos:** Em seguida, Alessandro, presidente do CMS/FB, solicitou a 1ª Secretária, Tania Mara de Costa, para proceder a leitura dos documentos recebidos. A Conselheira Tania Mara, cumprimentou os presentes e passou a leitura dos documentos:
- **Justificativas de Ausência referente ao mês de Setembro/2019 –** Conselheiras Andreia Correa Fregonese, Eli Ferreira, Edimara Solange Candido, Ivone Faust Sponchiado, Marindia Amaral, Cristina Martinello, Emanuele Panatto, Flavia Cadó, Lenir Brodignon; Conselheiros Mario Martins Neto e Marcelo de Campos, justificaram a ausência.
- **Ofícios e Demais Documentos recebidos:** Ofício nº.05/2019 da Unioeste – Diálogos LGBT que indica substituição da Conselheira titular Raoany de Souza Ribeiro pela Conselheira Emilly Gomes Michels (não estava presenta na reunião); Ofício nº.213/2019 da ARSS que indica em substituição ao Conselheiro Suplente Eduardo Carlos Broring a Conselheira Ivone Faut Sponchiado; E-mail recebido da 8ª Regional de Saúde que substitui os conselheiro titular e suplente, respectivamente Josseli Maria Steiner Vagliatti e Edilsea Raquel Folchini Guancino; Convite para os Conselheiros participarem da XIII Conferência Municipal de Assistência Social que foi realizada no dia 30 de agosto de 2019 com início às 12horas e trinta minutos no campus da UNIPAR; Oficio nº.733/2019/5ª PJ (Ministério Público) no qual tem por objeto apurar o conteúdo da reclamação formulada por Reinaldo Alaor Rodrigues, por meio da qual alega que o transporte público de saúde disponibilizado aos usuários com deficiência física e mobilidade reduzida não atende, em linha de princípio, critério mínimo de acessibilidade; a Conselheira Tania Mara de Costa, informou que o documento está a disposição para os conselheiros verificarem; o presidente do CMS/FB informou que o documento foi respondido e fez uma breve explicação sobre o mesmo. O presidente do CMS/FB, Alessandro, submeteu a votação as justificativas de ausência referentes ao mês de setembro/2019, que foram aprovadas com 17 (dezessete) votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário.
- **II – Ordem do Dia:** não teve pauta para deliberação.

III – Assuntos Gerais:

- **Capacitação /Educação continuada aos Conselheiros –** Alessandro, presidente do CMS, falou da capacitação feita pelos Conselheiros no ano de 2016 pela SESA; falou da importância da capacitação aos Conselheiros. Falou que inicialmente estava previsto para a 8ª Regional de Saúde proceder a capacitação, contudo inicialmente será feita pelo presidente do CMS/FB, agora será

somente uma parte introdutória que terá sequência nas próximas reuniões e conforme os Conselheiros tiverem dúvidas ou quiserem esclarecimentos de algum assunto especifico poderão fazer a solicitação. Para esse primeiro momento o presidente do CMS/FB falou sobre a concepções de saúde, expondo da seguinte forma: definições de saúde e doença. Doença: Desajustamento ou falha nos mecanismos de adaptação do organismo ou uma ausência de reação aos estímulos a cuja ação está exposto. (ROUQUAYROL, 1986). A doença é um sinal da alteração do equilíbrio homem-ambiente, estatisticamente relevante e precocemente calculável, produzida pelas transformações produtivas, territoriais, demográficas e culturais. Saúde: Antigamente, a definição mais utilizada era "ausência de doenças". A Organização Mundial de Saúde (OMS) define *saúde* “não apenas como a ausência de doença, mas como a situação de perfeito bem-estar físico, mental e social”. Essa definição era avançada para a época em que foi realizada, mas analisando melhor agora podemos perceber que é irreal e subjetiva. Irreal por que a perfeição é utópica – quem será capaz de alcançá-la? E subjetiva porque bem-estar é uma avaliação indefinível. Como vida é movimento o único equilíbrio possível é dinâmico, ou seja, alterado a cada instante. Não somos apenas o nosso corpo físico, estudado na ciência da saúde, por isso devemos atuar também em nossos corpos emocionais, mentais e energéticos. Alessandro mostrou através de slides, situações que depende do contexto em que são colocadas para verificar o que é real; pressuposto 1 - O objeto do campo da saúde é a **saúde e a doença** de um sujeito que é social; pressuposto 2 - Esse sujeito e seus aportes sanitários são complexos; pressuposto 3 - A abordagem de objetos complexos exige um olhar plural; pressuposto 4 - Somos ensinados a ver de um jeito específico, singular; pressuposto 5 - Esse jeito específico de ver, não atende à demanda da complexidade do entendimento de saúde e de doença; Alessandro mostrou a hierarquização dos níveis de complexidade de atenção; fez algumas proposições para debate com a plenária (que participou ativamente); falou da interligação entre os setores (educação, saúde, meio ambiente, etc) tudo tem ligação. Conselheira Jacqueline Menetrier, Conselheiro Padre Airton, Conselheira Janete Borba, Conselheiro Leonir Dalazen, Conselheiro Vilmar da Motta, Conselheira Genezi Vassoler de Mello, Conselheiro Valdemar Bello, Conselheira Geni Dall’Oglio, fizeram colocações de casos concretos relacionados a saúde, a educação em saúde. Alessandro seguiu falando sobre os aspectos legais que embasam os Conselhos de Saúde que é a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 196: a saúde é direito de todos e dever do Estado; e o artigo 198, CF, que trata das diretrizes do SUS; a Lei 8.080/1990 e Lei 8.142/1990. Manoel Brezolin, secretário municipal de saúde, fez colocações sobre o acesso a saúde, que foi complementado pelo presidente do CMS/FB que falou sobre os princípios do SUS: o princípio da equidade e da universalidade dos serviços. Alessandro, presidente do CMS/FB, formalizou o convite para Edilsea Raquel Folchini Guancino, para falar na próxima reunião, se possível, sobre o decreto 453. Para finalizar o presidente do CMS/FB agradeceu a participação dos conselheiros.

- **Informe sobre a fila de espera de especialidades –** Alessandro, presidente do CMS, convidou a enfermeira Patricia Malmann Brocardo, da Secretaria Municipal de Saúde para proceder o informe que foi solicitação da conselheira Geni Dall’Oglio. Patrícia Malmann cumprimentou os presentes e procedeu a apresentação: informou que a fila de espera de especialidades até dia 10/09/2019 tem um total de 15.677 (quinze mil seiscentos e setenta e sete) pacientes; falou da fila de consulta de cada especialidade de forma individualizada, consulta em: angiologia/vascular-556, cardiologia-1096, pequenas cirurgia-465, endocrinologia-1112, gastroenterologia-353, fonoaudiologia-82, neurologia-1698, ortopedia-3305, otorrinolaringologia-967, psiquiatria-*155 (Patrícia falou que deixou com uma marcação pois a princípio não existia mais a fila de espera), reumatologia-1011, psicologia-1361, oftalmologia-2154, urologia-1256, proctologia-106. Patrícia apresentou um comparativo de janeiro a junho de 2019 (média mensal) onde mostra o total de consultas solicitadas e o total de consultas agendadas, da seguinte forma: consulta em angiologia/vascular solicitado 82,3, agendado 62,7, cardiologia solicitado 217,8 agendado 216,3, pequenas cirurgias solicitado 194,2 agendado 167,6, gastroenterologia solicitado 68,8 agendado

52,2, neurologia solicitado 233,7, agendado 200, ortopedia solicitado 327,7, agendado 275,3, otorrino solicitado 196,8, agendado 159, psiquiatria solicitado (novos) 104,8 (contudo tem 155 que são os retornos no CRE e tem que continuar o tratamento com o mesmo profissional), reumatologia solicitado 39,5 agendado 26,7, oftalmologia solicitado 414,0 agendado 320,3, urologia solicitada 165,3 agendado 107,2, o total solicitado é 187,6 e o agendado é 154,4, falou que esse comparativo foi apresentado na reunião dos médicos (capacitação). Patrícia apresentou ainda a quantidade de consultas de especialidade agendas no mês de agosto de 2019 junto a ARSS e a compra de cota extra em algumas especialidades: gastroenterologia 57, neurologia 122, oftalmologia 268, psiquiatria 676; total de consultas junto a ARSS em todas as especialidades 2079, total de cota extra 1123; com relação a ortopedia não tem cota extra disponível mas tem o atendimento junto ao ambulatório do Hospital Regional Sudoeste, onde foram agendadas 68 consultas no mês de agosto/2019; Patrícia esclareceu que isso somente de Francisco Beltrão. Patrícia falou, que diante do quadro apresentado, no ano de 2017 foi começado a pensar no protocolo clinico para regulação de consultas e exames especializados ambulatoriais (falou que com o passar do tempo foi sendo melhorado o protocolo); prioridades de agendamento (reformulação da guia de encaminhamento), Conselheira Jacqueline Menetrier, enfermeira da rede Municipal de Saúde, exemplificou com um caso prático ocorrido na unidade de saúde em que trabalha; capacitação com os profissionais da rede (com profissionais das especialidades com maior número de encaminhamentos); revisão das filas de espera pelas unidades de saúde de referência dos pacientes encaminhados; compra de consultas cota extra e a criação do portal do cidadão (Patrícia acessou a internet no portal do cidadão e fez o passo a passo da consulta no site do Município de Francisco Beltrão, falou que qualquer pessoa pode acessar); mostrou o modelo da ficha de encaminhamento (guia de referência e contra referência). Conselheira Jacqueline Menetrier falou da estratificação de risco que está sendo feita nas unidades e que podem encaminhar pelo MAC na ARSS. Secretário Municipal de Saúde, Manoel Brezolin, falou sobre a contra referência que é feita pelo profissional especialista que reencaminha o paciente para a rede com as orientações; Manoel ainda falou sobre a cultura da população em consultar com o especialista e não em consultar com o clinico geral. Conselheira Aline Schmatz falou sobre o prontuário eletrônico, para a correta alimentação do sistema. Conselheiro Vilmar da Motta expos sua experiência pessoal com relação ao acompanhamento com o clinico geral, que conhece com mais precisão o paciente. Conselheira Ivanilde Guimarães perguntou se não aparece o nome do paciente. Patrícia falou que não pode aparecer o nome do paciente, por questões éticas, somente as iniciais, mas que o paciente consegue consultar pelo seu CPF ou cartão do SUS. Conselheiro Vilmar da Motta falou sobre os laudos, para a pessoa com deficiência para comprovar essa deficiência, pois muitas vezes depende do especialista. Patricia falou que tem uma legislação que solicita todo ano, com relação ao IPTU; Conselheira Jacqueline Menetrier falou que o médico da unidade de saúde que acompanha o paciente consegue fornecer o laudo. Participante Edina Faust solicitou para incluir para a próxima reunião na pauta sobre a fila de espera das especialidades da odontologia; sugeriu ainda para alterar o nome do portal do cidadão pois é muito amplo. Patricia ficou a disposição para quaisquer esclarecimentos, e agradeceu aos presentes. Alessandro, presidente do CMS/FB, parabenizou a Patrícia Malmann pela apresentação e falou da importância da qualificação do profissional da unidade de saúde (ESF e UBS).

- **Informe Dengue/Zika/Chikungunya –** Alessandro, presidente do CMS, convidou Andreia Zorzo, diretora do departamento de vigilância em saúde para proceder a apresentação. Andreia Zorzo cumprimentou os presentes e informou: no ano de 2019 foram 283 (duzentos e oitenta e três) notificações de casos suspeitos de dengue, sendo 253 (duzentos e cinquenta e três) casos descartados; foram 13 (treze) casos confirmados, sendo 06 (seis) autóctone (contraído no Município; os pacientes são residentes nos Bairros: Aeroporto, São Francisco, Cango, Padre Ulrico, Marrecas e Alvorada) e 07 (sete) importados (contraído fora do Município, são residentes nos Bairros Pinheirinho, Miniguaçu, 02 no centro, Jardim Floresta, Industrial e Vila Nova), apresentou

os números mês a mês. Andreia Zorzo falou da realização do LIRAa (Levantamento Rápido de Índices de Infestação para o Aedes Aegypti) que é feito a cada três meses; no mês de janeiro/2019 o índice 5,5% (alto índice), no mês de abril 2,8% (médio risco), no mês de junho 5,1% (alto índice) e o ultimo resultado foi no mês de julho 0,7% (zero virgula sete) sendo que 5º LIRAa será realizado na próxima semana. Andreia Zorzo informou os números dos telefones para informações e denúncias, quais sejam 3524-2415 ou 98404-9876 e ainda o número da ouvidoria 3524-0269.

- **Informe Mortalidade Infantil -** Andreia Zorzo procedeu o informe da mortalidade infantil: no ano de 2019 até o momento total de 07 (sete) óbitos fetais (antes do parto), sendo no mês de janeiro 01 (um) óbito fetal, 03 (três) óbitos em fevereiro, 01 (um) óbito em março, 01 (um) óbito em abril, nenhum óbito no mês de maio, 01 (um) no mês de junho, nenhum óbito no mês de julho/2019, nenhum óbito no mês de agosto/2019 e até o momento em setembro/2019 nenhum. Andreia falou sobre as causas dos óbitos fetais. Sobre os óbitos infantis (nascidos vivos até um ano de vida) no ano de 2019, até o mês de agosto/2019, foram 04 (quatro), sendo 01 (um) óbito no mês de janeiro, nenhum no mês de fevereiro, 01 (um) no mês de março, mês de abril, maio e junho nenhum óbito, 01 (um) óbito no mês de julho/2019 e 01 (um) óbito no mês de agosto/2019; Andreia informou que até o mês de julho/2019 o total de nascidos vivos 811 (oitocentos e onze), o mês de agosto/2019 os dados estão sendo computados; Andreia Zorzo falou que a Meta para 2019 é manter um dígito; falou que a taxa de mortalidade poderá ser apurada somente no mês de dezembro, no momento é feita uma regra de três simples para ver a porcentagem, até o momento, no ano de 2019, o índice é de 4,9% (quatro virgula nove por cento); informou os índices dos anos anteriores: no ano de 2017 a taxa de mortalidade infantil foi de 12,9% (doze virgula nove por cento) e no ano de 2018 a taxa de mortalidade infantil foi de 13,9% (treze virgula nove por centos). O presidente do CMS/FB perguntou se tinham dúvidas, questionamentos ou colocações, nenhuma manifestação.
- A participante Edna Mara Faust, representante do Movimento Vem Pra Rua, informou ao senhor Secretário Municipal de Saúde que não irá fazer protocolo com pedido de documentos pelo período de 40 dias, justificou ao fato dele estar assumindo o cargo novo; Edna ainda se propôs a auxiliar aqueles que tiverem interesse em aprender a fazer busca no portal transparência.
- Conselheira Vanilde Evangelista Banfe fez reclamação sobre a dispensação de medicamentos, que foi fazer a retirada do medicamento e foi lhe entregue para apenas para 15 dias. Vários participantes da reunião e Conselheiros falaram que também ocorreu, mas foi feita a notação na receita para retirada posterior. Foi sugerido para o responsável da Secretaria Municipal de Saúde verificar o fato.
- **Informe sobre a Conferência Nacional –** O presidente do CMS/FB convidou a Conselheira Indianara Ribeiro Miranda Pontes, Conselheira participante da Conferência Nacional para proceder a apresentação. Conselheira Indianara Pontes, falou que todas as informações constantes da apresentação estão disponíveis no site do Ministérios da Saúde, informou que foi a 16ª Conferência, realizada nos dias 04 a 07 de agosto/2019, apresentou as propostas do Estado do Paraná que foram aprovadas, falou: Propostas aprovadas do Eixo Transversal Democracia e Saúde: - Realizar campanhas publicitárias para divulgar os direitos dos usuários, bem como orientar sobre o fluxo das Redes de Serviço para o fortalecimento e defesa do SUS, com publicização de informações concernentes à participação popular, divulgação nos canais de ouvidoria e nos sistemas de comunicação, tais como: TV, rádio, redes sociais e visuais em grandes eventos. - Estimular a participação da comunidade na organização do sistema de saúde local, microrregional e regional, bem como assegurar recursos para implementação da educação em saúde para os conselheiros e comunidade em geral como uma ferramenta potente de qualificação da gestão do SUS, estimulando a participação da comunidade em ações intersetoriais de modo a incentivar a promoção e prevenção em saúde. Propostas aprovadas do Eixo I – Saúde como direito: - Garantindo o cuidado integrado ao cidadãos, a partir do fortalecimento da atenção primária à saúde e do diagnóstico loco-regional, a fim de induzir o planejamento, a regionalização, a construção de redes de atenção, a definição dos serviços e produtos ofertados pelo sistema e a

contratualização dos prestadores. Propostas aprovadas do Eixo II – Consolidação dos princípios do SUS: - Consolidação do SUS como política pública inserida num projeto de nação que tenha como pilares a democracia, a soberania nacional, o desenvolvimento econômico e sustentável e as liberdades civis e políticas, garantindo o cumprimento do Art. 196 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece o caráter público e universal do direito à saúde a toda cidadã e a todo cidadão, sem distinção, com os princípios da Universalidade, Integralidade e Equidade do SUS, garantindo a resolutividade da atenção à saúde pautada por uma gestão regionalizada, descentralizada e hierarquizada, com participação popular para o fortalecimento do SUS. - Garantir um plano de carreira, cargos e salários do SUS para os servidores das três esferas de governo, com isonomia de vencimentos, no regime estatutário (RJU) que contemple: a) ascensão funcional e critérios objetivos para o preenchimento dos cargos de chefia; b) jornada máxima de 30 horas semanais; c) dedicação exclusiva; d) política de valorização dos servidores e reajustes salariais dignos e estratégias de fixação de profissionais de saúde no interior do país e em áreas de difícil acesso e provimento, que incluam política de formação profissional com incentivo salariais e de carreira; f) regulamentação da aposentadoria especial decorrente de atividades de insalubridade e periculosidade; g) isonomia de vencimentos aos servidores de todos os níveis de complexidade e esferas de governo; h) abolir todas as formas de precarização e terceirização dos serviços públicos pelo setor privado; i) incluindo Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemia. - Revisar, atualizar e ampliar a relação nacional de medicamentos essenciais (RENAME), de acordo com a necessidade dos usuários, demandas municipais e a realidade dos municípios de pequeno porte, permitindo a flexibilidade na compra de medicamentos. - Criar legislação que estabeleça que a contratação de profissionais para a execução de programas financiados pelos Governos Federal e Estadual não impacte o limite legal da folha de pagamento dos municípios. - Criar campanhas nacionais que incentivem a população em situação de rua a cuidar de sua saúde integral. Propostas aprovadas do Eixo III – Financiamento adequado e suficiente para SUS: - Garantia do direito constitucional à saúde por meio de financiamento adequado, transparente e suficiente para o desenvolvimento democrático, bem como a sustentabilidade orçamentária do SUS, respeitando as diferenças regionais, o planejamento, o perfil epidemiológico, o demográfico e o socioeconômico e garantindo o direito à saúde, tendo em vista a integralidade da assistência, a universalidade do acesso e a equidade dos serviços. - Garantia do financiamento público e sustentável ao Sistema Único de Saúde (SUS): melhorando o padrão de gastos e qualificando o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos; ampliando a parcela mínima do orçamento geral investido em saúde; inovando nas formas de arrecadação, a fim de superar o subfinanciamento atual, para a possibilidade de redução do papel do setor privado nas ações e serviços de saúde e fortalecimento da gestão pública, com comando único em cada esfera de governo. - Defender junto ao legislativo e executivo: a) A revogação da Emenda Constitucional n. 95 de 2016 que congelou os investimentos públicos em saúde por 20 anos – até 2016; b) A aplicação de União de no mínimo 10% de sua receita corrente bruta em ações e serviços de saúde e elimine a Desvinculação de Receitas da União (DRU) que retira 30% do orçamento da seguridade social para o tesouro nacional; c) O estabelecimento da contribuição sobre grandes fortunas e da tributação sobre os lucros e dividendos distribuídos às pessoas físicas e jurídicas, com destinação para a seguridade social, e consequentemente para a saúde, bem como ampliação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL para instituições financeiras dos atuais 9 para 18%; d) A criação da Lei de Responsabilidade Sanitária desvinculando a saúde da Lei de Responsabilidade Fiscal; e) A vinculação da arrecadação do Seguro de Trânsito – Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) aos fundos de saúde, assim como, vincular os recursos obrigatórios referentes à Lei Complementar 141/2012 aos fundos de saúde; f) A garantia de outras formas de captação de recursos como: a extinção de renuncias fiscais e direcionar estes recursos para a saúde; g) A garantia do ressarcimento dos recursos dos atendimentos nos usuários do SUS em trânsito e

origem de outros estados/municípios. - Ampliar o financiamento solidário proveniente da União com os Estados e os Municípios para a manutenção de serviços extra-hospitalares na Rede de Urgência, com revisão periódica dos recursos, de modo a manter o percentual de 50% para a União e 25% para Estados e municípios. - Garantir o financiamento tripartite para serviços de base territorial e comunitária, não manicomial como CAPS tipo I, II, III, AD, AD III e infantojuvenil, com ênfase em CAPS III e CAPS AD III, de forma a fortalecer e ampliar o cuidado em saúde mental de acordo com os princípios da reforma psiquiátrica e da Lei Federal No 10.216 de 2001, fortalecendo a política de cuidado de Atenção Integral e Intersetorial ao usuário de álcool e outras drogas, pautado na Política de Redução de Danos, garantindo o direito à saúde e à vida, respeitando a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o caráter não-asilar, fomentando o cuidado em serviços substitutivos de base territorial e recomendando ao Governo Federal que atualize e incremente o valor de custeio mensal dos CAPS, que permanece inalterado desde 2008. - Atualizar, pelo Ministério da Saúde, os valores da tabela SUS, com garantia de pagamento equivalente aos prestadores de serviços em saúde, no que se refere às autorizações de internamento hospitalar (AIH) e ao boletim de produção ambulatorial (BPA). - Garantir financiamento global das ações e serviços de Média e Alta Complexidade (MAC), respeitando as diversidades loco regionais e populacionais, de modo a viabilizar a constituição das redes regionalizadas e integrais de atenção à saúde, revisando-se, anualmente, a cota de valores dos procedimentos do SUS, de acordo com os índices de inflação, de modo fortalecer os hospitais regionais e aumentar a oferta de exames e especialidades médicas em nível municipal e estadual. Para finalizar Conselheira Indianara Pontes trouxe fotos da Conferência.

- Nada mais havendo, o presidente do CMS, Alessandro Rodrigues Perondi, encerrou a reunião agradeceu a presença de todos e convidou a todos para a reunião do mês de outubro/2019.

Alessandro Rodrigues Perondi
Presidente do CMS

Tania Mara de Costa
1ª Secretária

Raquel Eunice Lautert
Secretária Executiva